



## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2013

### Acta n.º 32

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de onze de Fevereiro, e aditamento de vinte de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação da acta da sessão de 21/06/2012; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Ratificação da participação do Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, na reunião da Assembleia Distrital de Faro, em 21 de Janeiro de 2013, pelas 14:40 na sala G do edifício da Assembleia Distrital, como eleito de entre os Presidentes de Junta do concelho; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da Proposta de Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do art.º 53º, e da alínea a), do n.º 6, do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da atribuição de despesas de representação aos cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º graus;-----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação do Projecto de Regulamento de Funcionamento dos Mercados Retalhistas do Município de Albufeira, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º2, do artigo 53.º, e na alínea a), do n.º6, do artigo 64.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SÉTIMO:** Apreciação e deliberação, sobre a proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2013-2016, de acordo com a alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO OITÁVO:** Apreciação e deliberação, sob a proposta da Câmara Municipal da 1.ª Revisão do Orçamento do Município, para o ano de 2013, incluindo o Mapa de Pessoal, tal como determina a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO NONO:** Apreciação e deliberação, sobre proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Ocupação do Espaço Público de Albufeira; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----



**PRESENCAS:** Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Nuno Miguel Martins Laje e Lisboa (membro suplente PSD), Vitor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vitor José Correia Maria Vieira (PSD), Luis Manuel Gomes Fernandes (membro suplente PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Alberto Esteves do Rego Saraiva (membro suplente PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela Serra (PS), Maria do Rosário Calvino Charrua (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Rolo, dos Vereadores em regime de permanência, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira, Paulo José Rato Dias, e do Vereador em regime de não permanência David Martins.-----

**FALTAS:** Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD).-----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Francisco Calhau, Florbela Caixinha, e Helena Simões, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Nuno Lisboa, Luis Fernandes e Alberto Saraiva. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público presente.-----

Carlos Ventura: "Boa noite a todos, eu começo por dizer que na minha terra parece que tudo está bem, eu não vejo as pessoas virem aqui, eu nunca estive aqui com a perspectiva de tentar tirar proveito. No centro de saúde há crianças e idosos com cinco seis horas de espera para terem uma consulta. Eu pergunto, aqui nesta



Assembleia, se não há a possibilidade de discutir este assunto com o centro de saúde, com o ministério da saúde, porque sabemos que na saúde houve roubos, houve médicos que fizeram facturas falsas, inclusive, eu espero, para ir a uma consulta ao oftalmologista a Faro, há quase dois anos. Eu vejo que os deputados aqui presentes, quando votam por vários motivos, eles têm também a responsabilidade, quando nós dizemos algo, que temos o direito de avisar que está errado, e não entendo porque é que a maior parte das vezes sou eu que venho aqui. Será que eu sou mais burro por vir aqui ou será que me interessa pela situação que se passa na minha terra? Foi aqui que eu nasci, fui para fora como toda a gente sabe, e nunca vim aqui com a intenção de ser valorizado por qualquer motivo. Hoje, a minha intenção era ler um texto que tinha escrito, para deixar aqui, mas como não trouxe os óculos acabei por não o fazer. Quero perguntar se a Câmara está a pagar aos fornecedores, e quanto devem, excluindo a dívida da água? A dívida da água como já sabemos, há seis milhões e tal de euros de dívida com a água. Há dias, disseram-me que há um aldeamento que pagava um euro de água, que eu acho que é impossível, e eu gostaria de saber isso é possível, que eu não sou obrigado a pagar as dívidas da Câmara, nós não somos obrigados, quem roubou que pague, há responsabilidades. Nós não podemos permitir o que está a acontecer neste país, nós queremos fazer política, eu já disse que não sou político, pertença ao Partido Comunista, mas eu pergunto se vocês podem analisar a situação do Centro de Saúde, a situação dos Salgados, que deram cabo dos Salgados. Simplesmente a democracia deve funcionar, porque ela não funciona. Portanto senhor Presidente desejo muita saúde, sorte, e que sejam felizes na vossa vida." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta.-----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início ao período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Carlos Lima: " Boa noite, queria fazer umas perguntas sobre o estacionamento em Albufeira, mais concretamente sobre aquele parque de estacionamento junto à obra que está a ser feita, no cruzamento da antiga BP, saber se aquele estacionamento pertence à concessão, porque na altura do concurso falava-se no estacionamento de



superfície, eu nunca imaginei que fosse aquele, pensei que fosse aquele de terra batida, e parece-me que vejo agora aquele parque a ser pago, para muita admiração minha, aos Sábados e Domingos, portanto, vinte e quatro horas por dia, o que não é normal em parque nenhum de estacionamento, e saber que a baixa está mal servida de estacionamento. Eu pergunto porque é que aquele parque já está a ser pago? E depois gostava de saber se faz parte da concessão, gostava de saber como é que estão as obras daquele parque, o verdadeiro parque. E saber também se o parque da Vinte e Cinco de Abril já está a ser explorado por essa empresa, se faz parte também da concessão."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao parque junto ao parque em construção, e também o parque da vinte e cinco de Abril, qualquer uma das situações está incluído, no contrato de concessão/exploração feito com aquela empresa."-----

Carlos Lima: "Gostava de esclarecer se é normal que antes da obra estar acabada a concessão comece a vigorar, o normal é, faz a obra, e depois da obra estar pronta começa a concessão, porque pode ser que aquela obra nunca mais acabe, e se ela não acabar entretanto, o possível concessionário já está a explorar uma série de coisas, penso eu que teria direito, pelo contrato, depois de ter a principal obra terminada. Não sei se é assim, se não, não conheço os termos do contrato, se bem que tenha a sensação que ninguém tenha percebido, ou pelo menos eu não percebi que aquele parque de estacionamento fosse aquele que se estava a referir quando se fez o contrato. Parecia-me estacionamento de superfície, mas não era aquele, aquele estacionamento está um bom bocado abaixo, é o estacionamento que servia também a baixa de Albufeira, e é com muita mágoa que eu vejo o parque completamente vazio. Portanto, não sei se é esta a forma de apoiar o comércio, fazer com que um parque daqueles seja pago, e realmente ninguém vai para lá, as pessoas recusam-se a pagar, e aos Sábados e Domingos não é normal pagar em lado nenhum. Em Albufeira somos diferentes do resto do país. Portanto, era para pedir também esse pequeno esclarecimento, se realmente a obra pára, como é que é, e eles já estão a tirar dividendos daquilo que ainda não realizaram, portanto não sei se é assim que funciona."-----

Presidente da Câmara: "O contrato terá as suas cláusulas judiciais e penais, só se o contrato não for cumprido, como qualquer contrato é assim, tem as suas consequências, agora essa parte da cedência, dessa exploração desse parque de estacionamento, entrou no pacote, digamos assim, de negociação e contratação. Se não



cumprir o contrato, será penalizado de acordo com as regras jurídicas."-----

Carlos Lima: "Para concluir, a obra está dentro do prazo? Está a decorrer normalmente, dentro das expectativas?"-----

Presidente da Câmara: "Penso que sim."-----

Carlos Lima apresenta e lê declaração. (Doc. 1)

Em dezembro de 2010, fiz nesta digníssima assembleia uma intervenção a propósito da aprovação do orçamento do Estado para o ano de 2011. Teci diversas considerações sobre a política nacional, nomeadamente sobre os sacrifícios que estavam a ser pedidos aos portugueses. Falei sobre os privilégios dos grandes grupos económicos e dos seus gestores. Das parcerias público privadas e do país de betão. Dos escândalos do BPN e do BPP, que se eternizam. Do desemprego que se tornou galopante e incontrolado, ou será antes controlado e obedecendo a uma estratégia? Da falta de solidariedade da Europa rica. Do apoio às crianças, aos jovens e aos idosos. Passados 2 anos, tudo está pior.

Hoje, o discurso político é feito envenenando o sentido das palavras. A palavra é usada com a maior desfaçatez, esperteza saloia e má-fé. Usar a palavra "poupança" na despesa do estado, quando o que se faz é cortar no rendimento das famílias, é desfaçatez. Utilizar a frase "desvios orçamentais", quando na verdade se trata de erros nas previsões, é esperteza saloia. Dizer, sorratamente, como quem não quer a coisa, que houve um desvio de 1%, quando isso significa que houve o dobro do previsto, é má-fé.

"É tudo "ajustamento" porque os manipuladores das palavras entendem que, lá fora da sua janela do poder, tudo é plástico que se pode moldar, é tudo paisagem em que se pode plantar uma sebe alta para não ver o mais de um milhão de desempregados "em linha com o que estava previsto", e colocar os portugueses numa jaula de ratinhos a correr para fazer experiências. E que tal cortar metade da comida a ver se eles se "ajustam" à "poupança" de só comer metade? Trinta morrem, quarenta ficam doentes, vinte ainda têm gordura para aguentar. Aguentam, aguentam, diz o tratador. Excelente, ficam dez por cento, a "seleção natural" funcionou e deixou-nos com os mais fortes, os que se "ajustam", os "empreendedores" e que não são "piegas"."

Este último parágrafo podia ter sido escrito por mim, mas, talvez por falta de talento, que não de vontade, não foi.

"Os sacrifícios pedidos aos portugueses não estão a ser equitativos", ouviu-se este fim de semana nas televisões. Esta declaração foi dita num encontro da pastoral da igreja, e qualquer um de nós, membros desta assembleia, suponho, a subscreveria.

Aquele escrito e esta declaração, tiveram, supostamente, origem em críticos o oponentes da presente governação. Faria todo o sentido que assim fosse. Era o normal no debate político, na dicotomia governo/oposição.

O texto, apraz-me registar, é de um eminente militante do PSD, de seu nome José Pacheco Pereira.

Quanto à declaração, que por ser feita onde foi, mais me parece a tentativa de salvar a alma, foi proferida não por um qualquer opositor externo ou interno, mas sim por António Borges, alto responsável e para muitos o guru deste (des)governo.

Albufeira, 25 de fevereiro de 2013

O deputado municipal

  
Carlos Lima





Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia dá início ao período da ordem do dia. -----

### **PONTO PRIMEIRO**

Aprovação da acta da sessão de 21/06/2012; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Alberto Saraiva-----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vitor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

### **PONTO SEGUNDO**

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente: "Na página quinze, na informação do senhor Presidente, onde diz parcerias, é só mais uma chamada de atenção, e também a situação do concurso público para a prestação de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes e campos desportivos no município de Albufeira, o montante que está aí de trezentos e cinquenta e dois mil mais IVA, que foi à empresa Regaflor, Paisagismo e Ambiente, Limitada, julgo que na parte da Câmara, por parte do número de funcionários, haja um número suficiente de pessoas que possam contribuir para se dedicarem a este tipo de trabalho, evitando ao município desembolsar este valor. Seria uma chamada de atenção, para o executivo ter em atenção esta situação. Nas parcerias com a Algarve Central, também no mesmo sentido, julgo que a Câmara tenha técnicos suficientes para



fazer o estudo da mobilidade interurbana, neste caso, em Albufeira, não é pelo valor, mas estão aí vinte e um mil euros, acrescido de IVA, seria bom que nós não os mandássemos fora. Na página dezassete, há aqui duas situações em concreto que gostaria de algum tipo de informação, pedido de parecer prévio e o valor. Conservação e assistência técnica aos ascensores existentes nos edifícios, julgo que este valor de dez mil seja anual, e quantos elevadores, seria bom, uma informação da parte do senhor Presidente. Manutenção e conservação multitécnica de equipamentos/máquinas e instalações, condução técnica de todas as instalações, e fornecimento e aplicação de produtos químicos adequados ao tratamento das águas das piscinas municipais, fala aqui de cinco mil e oitenta vírgula cinquenta e seis euros mais IVA, mensais, estamos a falar em setenta mil euros. Na parte da limpeza e higiene fala em vinte mil e trezentos, presumo que sejam anuais, mas julgo que, com as dificuldades que o município de Albufeira atravessa, há aqui situações que podiam muito bem diminuir a situação de custos, não digo agora, mas num futuro bem próximo. A vigilância humana, em termos de segurança, já está contratado, julgo que também este valor de quarenta mil seja anual e não mensal, senão nós ficamos muito assustados. No que diz respeito às comunicações fixas e móveis, estamos a falar de cento e noventa e nove mil, isto seria bom também utilizar a parte da técnica, que em termos de valores pode ser menor. No entanto, há aqui outra situação, que eu vou passar a ler, e gostaria que o senhor Presidente depois me tirasse as dúvidas, sinceramente, depois de ler isto fiquei com uma dúvida e questionei-me o que era isto: *Foi deliberado aprovar a informação relativa à Avaliação das Infraestruturas dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais do Município de Albufeira, prestada pelo director de Departamento de Infraestruturas e Serviços Urbanos e pelo chefe da Divisão de Águas e Saneamento, de 1 de Fevereiro corrente, e enviá-la para conhecimento da Entidade Reguladora dos Sistemas de Águas e Resíduos. Mais deliberou, mandar proceder à reavaliação de todo o património municipal durante o corrente ano. A minha pergunta é, será que a Câmara está a preparar-se para vender a água? Ou como se diz por aí, vão passar a terceiros? Não nos dêem mais esse desgosto. Gostaria, se possível obter uma informação sobre os ciganos. A minha pergunta é, a Câmara está a tratar desse assunto da retirada dos ciganos da Orada para outro local?" -----*

Carlos Lima: " Eu também li isto muito rápido, e a minha questão é que não vi aqui nenhuma referência a atribuições de bolsas de estudo. Só para perguntar se não está



ali porque não há bolsas de estudo, ou se não está ali mas as bolsas de estudo estão a funcionar normalmente, e estão a ser pagas as bolsas de estudo aos nossos jovens que estão a estudar na universidade? Esta era a primeira dúvida. A segunda era perguntar, se houve alguma extinção de divisões, houve necessidade de se nomear novos chefes de divisões? E pelo que me apercebi, de todos os nomes que aparecem ali, eu não conheço ninguém, o que me leva a crer que ou os mais antigos foram afastados ou eu ando mesmo distraído, gostava de saber se houve critérios para isso, como é que foram feitas essas nomeações. E a terceira questão era relativa à questão que o Vitor levantou sobre a venda de fornecimento de tudo o que diz respeito às águas. Todos estamos ainda recordados do que se está a passar em Barcelos, que foi concessionar e entregar as águas aos privados, dizendo aquilo que se diz das Scuts, e que se diz em todo o lado, que não há problemas nenhuns, dizer que podem ficar com isto que nós garantimos uns milhões, e o que se fala lá para os lados de Barcelos é que a Câmara está a pagar cerca de seis milhões de euros a mais por ano, os negócios foram feitos assim, não sei se alguém que fez esse negócio agora já lá trabalha, normalmente é assim que as coisas funcionam. Se o município pensar em entregar isto aos privados, não vamos ser nós que vamos ter força para nos opor, de certeza que isso vai ser aprovado, mas peço que tenham muito cuidado e não deixem fazer negócio com um bem tão precioso que é a água. Isto não deve ser privatizado, porque nunca sabemos o dia de amanhã, e mal de nós quando não forem os políticos a controlarem as coisas, eu acho que tem de ser sempre o político, se é mau é corrido ao fim de quatro anos, o privado nunca mais é corrido, fica a ser o dono das coisas. Gostava que isso fosse bem ponderado e que não se pegue em qualquer proposta de qualquer pessoa, para realmente vermos se vale a pena, estamos mal, a situação não é a melhor, mas não podemos ir por aí. E está-se a ver por este país fora todas essas situações, que têm sido entregues a instituições privadas, e eu não tenho nada contra os privados, acho que há que salvaguardar algumas posições ainda. Vê-se o que se está a passar com a electricidade, espero bem que com a água não se passe a mesma coisa, e que fiquemos nas mãos do mercado. Portanto, era só sobre estas três questões que eu gostava que o Presidente me elucidasse."-----

Carlos Gabriel: "Não estava com intenções de intervir esta noite, mas depois de tantas intervenções contra os políticos actuais, que são isto, que são aquilo, que estão a fazer isto, que estão a fazer aquilo, volto a lembrar, novamente, que a situação actual que





nós estamos hoje, é, essencialmente, devido à vossa posição, ao vosso partido, e ao vosso Primeiro-Ministro, que na altura não foi posto fora, fugiu para França."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente à intervenção do senhor Vitor Clemente, sobre a página quinze, o concurso público de espaços verdes e campos de futebol, quero dizer que nós, com o nosso pessoal do município, fazemos muita manutenção e arranjo dos espaços verdes, excepto os campos de futebol, que é de carácter mais técnico, que está entregue à Regaflor, e mais não temos porque há aquele pessoal que se vai reformando, e nós não temos possibilidade de contratar mais pessoal. As pessoas que fazem a limpeza dos edifícios também vão fazer essas manutenções dos espaços verdes. Relativamente às parcerias do Algarve Central, é uma parceria com os municípios de Faro, Olhão, São Brás de Alportel e Loulé, como o próprio nome indica, mobilidade interurbana, não podia ser feito só com o município de Albufeira, tem de ser numa determinada zona. Relativamente à avaliação do património, não está em cima da mesa a negociação das águas, não está em concurso público, não há previsão que isso vá acontecer nos próximos tempos. A questão do resto do património, em termos contabilísticos é obrigatório ter uma avaliação do património, é natural. No que diz respeito às questões que o Carlos Lima apontou, neste momento, não sei se faltará pagar alguma, vou ver essa situação, não tenho ouvido falar nada portanto, deduzo e presumo que tudo vai correndo bem, mas vou ver. Em relação à questão dos indivíduos de etnia cigana, está em estudo, numa fase já adiantada, a mudança daqueles ciganos para outro local. Relativamente ao parecer prévio vinculativo dos elevadores, o contrato é anual, não mensal. O único que é mensal, é o que diz aí, o contrato de manutenção e conservação multitécnica das piscinas, esse é mensal."-----

Carlos Gabriel: "Senhor Presidente, se me consegue esclarecer uma dúvida que me surgiu acerca da intervenção sobre os ciganos. Quem é que autorizou os ciganos a permanecerem naqueles terrenos. Porquê que eles foram para lá? Porquê que ainda lá estão?"-----

Carlos Lima: "Só para relembrar, que não respondeu a uma questão que eu coloquei sobre a existência ou não de critérios para a nomeação dos chefes de divisão."-----

Vitor Clemente: "No que diz respeito aos indivíduos de etnia cigana, não é só naquele local que necessita de intervenção. Junto ao terminal também deverá ser, no meu entender, de igual modo."-----



Presidente da Câmara: "Relativamente aos critérios para nomeação dos chefes de divisão, estão em regime temporário, é provisório, até que se abra concurso por três ou quatro anos. Obviamente que não é bem só pessoas novas, certamente que deve conhecer alguns dos que foram agora nomeados, foi os que pareceram melhor colocados na altura para desempenhar as suas funções. Em relação à questão dos ciganos, sabemos perfeitamente que não são só aqueles que necessitam, e que irão com certeza ser deslocados para outra zona. A situação está devidamente pensada e estudada a estratégia de mudança desses ciganos. Esses ciganos estão naquela zona já há muitos anos, quem os autorizou não foram os executivos do PSD, eles já lá estavam antes, teria sido o proprietário do terreno, eles já lá estão há muitos anos."-----

Francisco Oliveira: "Na sequência do que foi referido pelo deputado Carlos Gabriel, eu diria que concordo em pleno com o que disse o deputado, nomeadamente, o facto de que as situações que neste momento se encontram complicadas, efectivamente alguém que não cumpriu as eleições e ter fugido, e também concordo, que o deputado Carlos Gabriel esteja esquecido, que ainda há pouco tempo, alguém não fugiu para França mas fugiu aqui para Faro, é só para relembrar."-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -

### **PONTO TERCEIRO**

Ratificação da participação do Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, na reunião da Assembleia Distrital de Faro, em 21 de Janeiro de 2013, pelas 14:40 na sala G do edifício da Assembleia Distrital, como eleito de entre os Presidentes de Junta do concelho; -----

Presidente da Assembleia: "Fomos convocados, eu como Presidente da Assembleia Municipal, e fazia falta um Presidente de Junta de Freguesia, não havia tempo para reunir a Assembleia Municipal para isso, e portanto foi aprovado entre todos os Presidentes de Junta que fosse o senhor Hélder. E tem de ser aprovado em Assembleia a ratificação deste acto."-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Carlos Lima, Sara Serra--

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Luis Fernandes, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Alberto Saraiva,



Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

#### **PONTO QUARTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da Proposta de Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do art.º 53º, e da alínea a), do n.º 6, do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima, Sara Serra-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

#### **PONTO QUINTO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da atribuição de despesas de representação aos cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º graus;-----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: um (01) Luis Fernandes -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vitor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: uma (01) Miguel Mesquita-----

A proposta é aprovada por maioria dos presentes. -----

### **PONTO SEXTO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação do Projecto de Regulamento de Funcionamento dos Mercados Retalhistas do Município de Albufeira, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º2, do artigo 53.º, e na alínea a), do n.º6, do artigo 64.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luis Fernandes, Carlos Lima, Sara Serra -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

### **PONTO SÉTIMO**

Apreciação e deliberação, sobre a proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2013-2016, de acordo com a alínea b), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro; -----



O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente: "No passado, o município só podia fazer duas revisões, agora pode fazer todas aquelas que o executivo muito bem o entender. No entanto, precisava de alguma informação, material de consumo clínico, aqui na primeira revisão, e serviços de saúde, se depois pudesse dar aqui alguma explicação do que é este tipo de material. Depois, aquisição de serviços de inspeção a ascensores, a Câmara tem estabelecido acordos, presumo que estão aqui, não através dos serviços da Câmara, mas a Câmara é que cobra. Aquisição de serviços de inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, tem um total de oito mil duzentos e cinquenta, e depois está distribuído ao longo dos anos até ao ano de dois mil e dezasseis. Para já são estas dúvidas que tenho, e gostaria que o senhor Presidente desse algum tipo de informação."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao material clínico, há aqui várias coisas que vão ser inscritas no orçamento, por isso é que há necessidade de fazer uma revisão, porque entendemos notificar a questão relacionada com a saúde, higiene e segurança no trabalho, como sabem, é obrigatório, que as empresas tenham esse tipo de contratação, com alguém capaz de analisar e avaliar a saúde, higiene e segurança no trabalho. Albufeira tem tido uma empresa que cobra por estes serviços, é uma carrinha que se desloca aos vários serviços do município, para as pessoas fazerem os seus exames. No entanto, entendemos que seria muito mais económico proceder de uma outra forma, que é, haver uma avença com um médico, e ter um espaço onde se possa fazer esse tipo de exames e observações. Prevê-se uma redução de trinta e sete por cento, relativamente àquilo que se pagava, que era à volta de quarenta mil euros e prevê-se um pagamento apenas de vinte e oito mil euros. Relativamente aos ascensores, aos tapetes rolantes e às escadas, nós temos para além dos elevadores deste edifício, quase todas as escolas do primeiro ciclo têm elevador, e as escolas do segundo e terceiro ciclos algumas também têm, temos uma série de situações em que é necessário ter pessoal técnico, devidamente credenciado, para fazer essas inspeções."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luís Fernandes, Carlos





Lima, Sara Serra -----  
Abstencções: uma (01) Rosário Charrua -----  
Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
Ausências: zero (00) -----  
 A proposta é aprovada por maioria. -----

#### **PONTO OITAVO**

Apreciação e deliberação, sob a proposta da Câmara Municipal da 1.ª Revisão do Orçamento do Município, para o ano de 2013, incluindo o Mapa de Pessoal, tal como determina a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro; -----  
 O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----  
 Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----  
Votos contra: cinco (05) Vitor Clemente, Francisco Oliveira, Luís Fernandes, Carlos Lima, Sara Serra -----  
Abstencções: uma (01) Rosário Charrua -----  
Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----  
Ausências: zero (00) -----  
 A proposta é aprovada por maioria. -----

#### **PONTO NONO**

Apreciação e deliberação, sobre proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Ocupação do Espaço Público de Albufeira; -----  
 O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----  
Paulo Freitas: "Neste regulamento foi constituída uma comissão na Assembleia



Municipal, composta por dois membros do PSD, dois membros do PS e um membro do BE. Houve algumas reuniões, uma delas, com base a tomar pulso da acção proposta pela Câmara Municipal, em que nos foi informado que já continham as reclamações ou o aperfeiçoamento possível decorrente da discussão pública e da reunião com vários comerciantes e com as associações representativas dos comerciantes no concelho. Foi-nos informado que seria o resultado possível, de acordo com as limitações impostas pela legislação que vem obrigar a Câmara Municipal a aprovar o regulamento, com vista a amenizar a aplicação da Lei e também com vista à aplicação do licenciamento zero que terá uma plataforma informática a funcionar, já deveria estar a funcionar saber-se-á se num futuro próximo, haverá, efectivamente, essa plataforma por parte da AMA, Agência para a Modernização Administrativa. Esta comissão reuniu também com os comerciantes, e com as associações representativas dos comerciantes, e tomámos algum acolhimento de algumas reclamações que consideramos ser de aprimorar o regulamento que foi apresentado pela Câmara Municipal. Não foi possível apresentar a proposta aprovada por unanimidade de todos os membros, há reticências de um membro, e portanto a proposta que aqui vem é tomada pela maioria da comissão, e apresenta já a redacção com base no que foi possível retirar das reuniões com os comerciantes e com as associações. Há uma proposta a complemento a esta que, o PSD toma por boa, em que diz respeito à alínea c), do número dois, do artigo sétimo, entende-se a boa vontade da inclusão desta alínea no regulamento, mas atendendo à redacção e ao regime que foi aprovado pelo Decreto de Lei número quarenta e oito de dois mil e onze, cremos que, de todo poderá ser mantido no regulamento. Então a proposta é no sentido de ser retirada essa alínea, uma vez que aí estaria a limitar aquela imposição legal, nomeadamente às dimensões e aos afastamentos e ao que é também toda a génese do Decreto-Lei, que é a acessibilidade no espaço público."-----

Carlos Lima: "Sobre este ponto quero começar por dizer que, só fiz parte desta comissão na última reunião, mas apercebi-me que foi feito muito trabalho por parte desta comissão. Não concordo com nada do que foi feito nesta comissão, entendendo no entanto, que fizeram muito trabalho. Só que acho que o trabalho que fizeram foi direccionado, quanto a mim, de maneira errada, acho que perdemos oportunidade nesta altura que nos é possível regulamentar esta matéria, realmente perdemos a oportunidade de fazer um regulamento. E o regulamento, penso eu que é para regular o que se passa nesta cidade, que pode ser diferente do que se passa no resto do país. Dizem que existe a Lei geral, que obriga a uma série de coisas, eu recuso-me a aceitar que uma Lei que é feita genericamente para o país tenha de ser decalcada em todos os municípios, e se assim for, não sei porque é que há necessidade de regulamentar as coisas, seguimos a Lei geral e ponto final. Estou convencido que a intenção de quem fez aquela Lei, foi deixar a porta aberta a cada município para, no seu terreno, gerir a



ocupação do espaço público da maneira que ache mais correcta. Eu só tenho esse entendimento, e acho que não pode ser de outra forma, se for, penso que de lá de cima nos estão a dizer demitam-se das vossas funções, vocês não têm nada a ver com isso, eu quero que a esplanada tenha x, e há-de ser assim em Vila Real de Santo António, em Coimbra e Aveiro, e Albufeira, é tudo igual. Portanto, eu recuso que tenha de ser assim, e partindo deste princípio, propus no local próprio, devia ter sido sim, feita uma comissão com representantes desta Assembleia, com representantes de interessados, com funcionários desta Câmara, para fazermos um levantamento exaustivo daquilo que nós queremos para a ocupação da nossa via pública. Isso para ser um trabalho sério, tínhamos de ir rua a rua, zona a zona, caso a caso se fosse possível, e definir aquilo que nós queremos, porque nós sabemos que em Albufeira, nós temos milhares de situações diferentes, zonas em que não há problemas nenhuns, que têm grandes esplanadas, zonas em que é muito difícil ter esplanadas, temos diversas situações, e só no terreno e com pessoas interessadas é que podíamos fazer esse estudo. Acho que nada disso foi feito, não estou a dizer que foi por culpa da comissão, que comecei por dizer que fez o trabalho possível, só que acho que o possível, neste caso, foi muito pouco, e por isso é que fui contra a proposta que a comissão apresentou, porque não é mais que algumas alterações à outra proposta. Agora, podem dizer que estou contra tudo, o que é que vamos fazer. Eu estou é a favor da definição de um dos grandes problemas que existe em Albufeira, que é a ocupação da via pública, e já vem de há anos, e começou por ser um bocado selvagem, depois começou a aparecer a sensibilização dos políticos para os direitos dos peões, das pessoas que nos visitam, das pessoas que querem usufruir do espaço público, e houve algum trabalho que se fez nesta matéria. Chegamos a este ponto, com a necessidade de regulamentar até, acho que perdemos a oportunidade de regulamentar aquilo que nos interessa a nós, e não o que interessa, ou que acham os senhores lá de Lisboa, que por decreto, acham que as esplanadas devem ter um metro, ou dois, ou cinquenta. Somos nós no terreno, penso eu, que somos nós que temos de definir, por isso acho que perdemos essa oportunidade para fazermos um trabalho, independentemente de depois ser utilizado ou não, nós fazíamos aquilo que nos compete, que é regulamentar, se depois o portal, o balcão do empreendedor, outras coisas, não conseguiam incorporar o nosso trabalho, o problema não é nosso, o problema seria de quem não colocou a informática ao serviço das pessoas. Não temos de ser nós, porque o portal que vai ser implementado no balcão do empreendedor não tem capacidade, julgo eu, para que seja indicada rua a rua, as situações que nós achamos concretas, nós fazemos o contrário, nós estamos a adaptarmo-nos ao portal, e não é o portal a adaptar-se à realidade de cada município. E por isso é que eu continuo a dizer, e estou convicto que perdemos uma grande oportunidade. Dizem que a Lei geral define tudo, e nós temos de estar dentro do que a Lei geral diz, trocando isto



por miúdos, se eu tenho de ter um espaço livre de três metros, eu só posso definir esses três metros ou mais, ou posso definir esses três metros ou menos, se for possível? O meu entendimento, porque senão não havia razão de ser, de se fazer o regulamento, é que as coisas podem ser maleáveis, depende da situação. Eu continuo a achar que a Lei geral indica princípios, mas não pode ser taxativa, o regulamento não pode ser uma sobreposição daquela Lei. Eu na altura, na última comissão tinha alertado para esta situação, também não sei se com a retirada da alínea c), do número dois, do artigo sétimo, eu parecia-me, e tinha dito ao Paulo Freitas na reunião de comissão, que havia aqui qualquer coisa que já não obrigava a definição de critérios de espaços ou meio espaços porque em algum lado eu tinha lido, que o que estava definido já estava definido, bastava a comunicação prévia. Partindo do princípio que vão aprovar este regulamento, gostava que me explicassem o que é que vão fazer àquelas esplanadas que já estão delimitadas pela Câmara, vão ter os critérios que o regulamento exige, portanto, há que ponderar, porque fala de direitos adquiridos, eu estou a lembrar-me de meia dúzia de esplanadas já definidas pela Câmara, e agora deixam de estar definidas ao retirar-se isto? Portanto é esta interrogação que eu deixo no ar, e depois só uma pequena observação, que não sei se já foi retirada ou não da proposta que a comissão apresentou, que é uma palavra que está a mais, que por estar a mais acaba por dar o sentido contrário ao artigo, daquilo que se pretende, que é no artigo nono, número um, alínea a), diz que a sua ocupação transversal não pode exceder a largura da fachada do estabelecimento, sendo que, em caso algum, nunca poderá ultrapassar, eu penso que é, sendo que em caso algum poderá ultrapassar. Este "nunca", dá-lhe precisamente a interpretação diferente daquilo que se pretende. Se se aprovar este regulamento, proponho que se retire este nunca daqui. Depois, na alínea d) do mesmo artigo, quando dizemos deixar um espaço igual ou superior a noventa centímetros em toda a largura do vão da porta, para garantir o acesso livre e directo à entrada do estabelecimento, vão-me dizer que é o regulamento, e que o regulamento obriga, mas isto parece-me duas coisas, primeiro que está legislado para crianças, segundo que se está a dizer que o comerciante é uma pessoa incompetente, porque vai tapar a porta de acesso ao estabelecimento. Não bastaria estar deixar o espaço em toda a largura do vão da porta, para garantir o acesso livre e directo à entrada do estabelecimento, não seria suficiente? E não daria azo a que qualquer fiscal mal disposto chegasse lá e visse que tinha oitenta e nove centímetros, e aplica uma multa. Eu não estou a ver um comerciante a tapar a porta do estabelecimento, ninguém está. Vão-me dizer que os regulamentos são para isto. Mas os regulamentos têm de ser para servir as pessoas, para regulamentar as coisas, portanto, acho que não há necessidade de em algumas coisas serem tão rigorosos, porque depois as coisas começam a funcionar ao contrário. Portanto, eu aqui propunha que não tivesse os noventa centímetros, mas sim têm de



deixar um espaço em toda a largura para garantir o acesso, portanto, deixar um espaço que não condicione a movimentação das pessoas. Porque é que tem de dizer que é um metro e meio? Se um metro e vinte pode ser suficiente, em certas situações, e noutras situações, se calhar tem de ser mais. Assim, estamos a usar um metro e meio numa zona onde passam duas pessoas de hora a hora, e estamos também a meter um metro e meio numa zona em que passam centenas de pessoas por minuto. E por isso é que eu via a necessidade de irmos mais longe, e vemos caso a caso. E eu dou exemplos, numa rua destas pequeninas, em que passa agora uma pessoa, pode passar uma vez ou duas, uma cadeira de rodas, que passa sem problemas nenhuns, porque que tem de estar taxativo que tem de ter um metro e meio? E vamos para outras zonas, por exemplo a Avenida Vinte e Cinco de Abril, onde temos os táxis, temos as esplanadas, e ninguém consegue passar ali, terá um metro e meio, mas ali passam centenas de pessoas ao mesmo tempo. Será que estamos a salvaguardar aquilo que queremos, que é a mobilidade das pessoas versus ocupação da via pública. Eu costumo dizer que justiça não é dar o mesmo a todos, é dar diferente a cada um. Aqui é a mesma coisa, há zonas em que é preciso três ou quatro metros para as pessoas circularem livremente, e há outras em que um metro chega, desde que garanta a mobilidade dos deficientes e dos demais. E é essa oportunidade que nós perdemos ao não aprofundarmos este regulamento."-----

Paulo Freitas: "Eu gostava de deixar aqui à Assembleia algumas questões, que já tive o prazer de discutir com o senhor Carlos Lima, que há questões que não estão na nossa disponibilidade. E uma delas é que, temos o Decreto-Lei, que impõe regras ao regulamento, para quem o leu, e quem viu as imposições de medidas, tal como esta, que acabamos aqui de discutir. Eu estava a tentar descobrir se a Câmara tem discricionariedade ou não dos noventa centímetros, mas penso que não, penso que seja uma medida, de segurança dos estabelecimentos, portanto creio que esta medida dos noventa centímetros será o mínimo permitido. No que diz respeito a este regulamento, este é um regulamento que visa, na parte em que é disponível para a Câmara Municipal, permitir um benefício para a utilização dos espaços públicos. A Câmara teve esse cuidado, a única limitação das ruas, que disse o membro Carlos Lima, não é de todo verdade, porque a Câmara tem de responder ao que diz o Decreto-Lei, que impõe limites mínimos de disponibilidade do passeio e impõe limites máximos de ocupação do passeio disponível, para que haja acessibilidade. Concordemos ou não, temos aqui duas questões: uma é a questão política que subjaz ao Decreto-Lei; outra é a limitação que esta Assembleia e a Câmara Municipal têm, no decurso do respeito do que é o Decreto-Lei. Podemos não concordar, mas temos de fazer um trabalho dentro dos limites que nos são apresentados pelo Governo. Depois aqui criticamos o Governo, mas temos uma coisa fantástica, foi aprovado pelo Governo PS e está a ser aplicado pelo Governo PSD,





portanto ninguém pode atacar o Governo central discriminadamente. A questão que se coloca é se a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal não aprovarem o regulamento que visa, tão só, trazer para a disponibilidade da Câmara, determinadas matérias que estão na sua discricionariedade, por exemplo a cor dos toldos, a publicidade ou não nas esplanadas, por exemplo a cor das mesas, a harmonização dos espaço, em termos visuais, aplica-se o Decreto-Lei directamente, ponto. A Câmara Municipal ao não aprovar este regulamento não está a permitir-se actuar selvaticamente à margem da lei, não, no mínimo tem de aplicar o Decreto-Lei. Ao ser assim, a protecção que estamos aqui a alegar, cai por terra, porque depois cada comerciante colocará um toldo da cor que bem entender, e o Pólis teve o cuidado de tentar uniformizar minimamente em termos visuais. Não foi a Câmara Municipal que não o quis fazer, a Câmara não precisa de ir medir rua a rua e os passeios, porque há passeios que não podem ter minimamente ocupação da via pública, porque um passeio que tenha noventa centímetros, sabendo nós que temos de deixar um metro e meio, ninguém o pode utilizar, e nós temos neste concelho, estas circunstâncias. Se lermos o preâmbulo, vem a dizer isso, esta regulamentação dos espaços públicos tem a ver com a harmonização do Decreto-Lei e é isto que está em causa neste Decreto-Lei, a regra é para o município de Albufeira, como é para o município de Faro, porque a utilização dos passeios tem a ver com o espaço disponível. A Lei das acessibilidades prevê que as construções, os passeios, os arruamentos tenham medidas mínimas, e essas medidas mínimas também têm aqui de ser respeitadas. Porque senão, poderíamos nós entender neste concelho, se não houvesse isto, que poderíamos ocupar cem por cento do passeio. Não é essa a génese do Decreto-Lei, não podemos deixar aqui de não querer legislar, porque não concordamos com a Lei, eu não gosto de andar com cinto de segurança e tenho de andar com ele. Ou então fazemos uma alternativa, mas isso é na Assembleia da República, e a Lei Geral impõe-se, é um princípio base da democracia. A Câmara Municipal é obrigada a respeitar, e como nós sabemos não respeitar a Lei promove a perda de mandato, porque nós juramos fazer cumprir a Lei, não podemos fazer um incumprimento à regra só porque não concordamos, temos é de arranjar argumentos para a combater. Foi isso que a Câmara tentou fazer, em proveito dos comerciantes, em proveito do respeito pelas regras que estão impostas, mas, obviamente, com a limitação que tem. Não podemos é responsabilizar a Câmara por aprovar um regulamento, do qual lutou pelos interesses dos comerciantes de Albufeira. Porque é obrigada, e se não o fizer, ficamos sem regras, isto parte do Licenciamento Zero, que daqui a algum tempo, qualquer comerciante, a única coisa que tem de fazer, é ir ao site do Balcão do Empreendedor, introduzir os seus dados, tem a licença, vai ao multibanco paga, e tem a licença de ocupação da via pública. A Câmara não tem qualquer critério preventivo em relação a isto, não tem licenciamento, está dispensada da sua actuação.



Tem uma actuação, sim, fiscalizadora, mas isso é à posteriori. Não podemos é, deixar que isto caia numa situação em que cada um faça o que entender. Após e durante a introdução do tal portal, e que haja esta possibilidade, a Câmara Municipal vai ter de fazer o controlo. Os direitos adquiridos, são adquiridos enquanto há legislação, e a legislação está em vigor, e Albufeira será dos poucos concelhos no Algarve que ainda não tem o regulamento aprovado. E nós, na comissão, tivemos o cuidado de contactar a AMA para saber se seria possível fazer uma discriminação rua a rua, e não veio resposta nenhuma. Houve uma reunião em que a Vereadora nos transmitiu que sabia que não, porque isto é um portal para o país inteiro, e não podemos fazer discriminação, a Lei não permite, e essa discriminação não sei de que modo poderíamos achar que é mais ou menos positiva, quando eu digo que os critérios são estreitamente objectivos, disponibilidade do passeio, ocupação máxima dos passeios em cinquenta por cento, se não estou em erro, com medidas máximas longitudinais e de profundidade, em relação às paredes do edifício e ao estabelecimento comercial, porque depois focaliza, aqui sim, o estabelecimento comercial. Não é uma discricionariedade da Câmara Municipal fazer ou não fazer um regulamento para defender os interesses dos comerciantes, a Câmara se não fizesse um regulamento, se não tivesse esse cuidado, aí sim, não estaríamos a defender os interesses dos comerciantes."-----

Carlos Gabriel: "Quero salvaguardar a posição das comissões, as comissões são nomeadas para trabalharmos em conjunto e chegarmos aqui à Assembleia e apresentarmos o trabalho prestado. O Carlos Lima defendeu, e muito bem, eu concordo consigo, que devia ter sido feito um levantamento rua a rua. Devo lembrar, você não sabe, porque não estava lá, porque foi substituir um colega seu, quem propôs essa situação do levantamento rua a rua fui eu. A nossa Vereadora que trabalhou no assunto disse-nos que era impossível, isso tudo feito em comissão, que era para salvaguardar estas discussões inúteis que estamos a ter aqui. Estas discussões já existiram, e já foram feitas na comissão. Ora se vamos discutir isto na comissão e voltamos a discutir aqui, não vale a pena termos comissão. Eu perco tempo, não ganho dinheiro nenhum, o meu trabalho é em função do povo, em função de Albufeira, com o coração aberto, mas respeitem-me! Se eu estou numa comissão a trabalhar, saio da minha casa, deixo a minha família para vir discutir um assunto da comissão, discutimos esse assunto na comissão, apresentamos na Assembleia, chego aqui à Assembleia, o senhor vem discutir os centímetros. Discuta isso na comissão, não venha para aqui fazer-nos perder tempo, sejamos correctos uns com os outros. Para mim isso é um insulto ao tempo que eu perdi na comissão. Respeitemos as comissões, essa discussão era para ser feita na comissão, então o que é que andamos aqui a fazer? Vamos ser correctos."-----

Paulo Freitas: "Já encontrei o artigo, é o artigo sexto, do Decreto-Lei quarenta e oito de dois mil e onze que diz as condições de instalação e manutenção de uma esplanada. É



o equivalente ao artigo nono, que o membro Lima referiu, "na instalação de uma esplanada aberta devem respeitar-se as seguintes condições: c) deixar um espaço igual ou superior a noventa centímetros, em toda a largura do vão da porta, para garantir o acesso livre e directo à entrada do estabelecimento." Não há aqui limitação ou imposição dos noventa centímetros por parte da Câmara. Não é uma vontade da Câmara, quem fez este Decreto-Lei teve o cuidado de pegar em quase todas as medidas e adequa-las à realidade de Albufeira. Este regime jurídico não dá discricionariedade à Câmara para metade das coisas que tenha a ver com distanciamento, com espaço ocupado, com limitações de acessos, tudo o que são medidas, que estão no regulamento, se não me falha a memória da discussão, só há uma que a Câmara Municipal alterou, que tem a ver com a altura dos pára-ventos das esplanadas, foi a única, tudo o que diz respeito ao demais, está no Decreto-Lei, não há invenção, isto é daquelas coisas mais fáceis de discutir porque é só dizer que a culpa é de quem aprovou."-----

Carlos Lima: "Queria responder ao senhor Paulo Freitas, dizer que não percebo como é que diz que se não se aprovasse o regulamento era o "regabofe" quando o que nós íamos era fazer cumprir um Decreto-Lei, portanto não estou a ver onde é que está o "regabofe". Pareceu-me que foi isso que ouvi, dizer que ainda bem que regulamentamos isto, porque senão é um descalabro, no entanto, parece-me que há aqui o Decreto-Lei quarenta e oito de dois mil e onze, que nas suas palavras diz que define isto tudo. O que eu quis realçar, foi que não nos compete a nós, ou não devia competir, fazer uma sobreposição do Decreto-Lei, que é para ser aplicado, genericamente, a nível nacional, e que eu não queria, e acho que não devia ser feito um decalque aqui para Albufeira, porque não se ajusta à situação de Albufeira. Se eu estou enganado, digam-me que eu estou enganado, não me digam é que é o Decreto que diz, e depois já é o Decreto que não diz, já não estou a perceber o que é que se pretende com o regulamento. Percebo que nós não podemos fugir à Lei, agora, no debate, é isto que nós temos de falar, levantar estas questões. Quanto ao que diz o Carlos Gabriel, toda a gente tem direito de ter a sua opinião, acho que perdeu muito tempo nas comissões, se calhar eu perdi menos que o meu colega membro da Assembleia. Sou mas é capaz de ter perdido o mesmo para não dizer mais, mas não venho para aqui dizer isso, porque eu ando nisto porque gosto, e nunca ninguém me ouviu dizer que ia a uma comissão e que tinha de sair de lá formatado. Desculpem lá, mas não contem comigo para isso. Agora, esta é a realidade, e você tem conhecimento disso, porque referiu isso, eu fui à última reunião desta comissão, não sabia o que se tinha passado nas outras reuniões, por acaso houve aqui um azar, e se calhar eu não fui esclarecido que isso estava tudo definido, e que a proposta de rua a rua afinal tinha sido sua, porreiro, ainda bem, foi uma proposta que se não tivesse sido apresentada por si eu se calhar apresentava, ainda bem, se calhar



até funcionamos um bocado da mesma maneira, agora, dizer que eu tenho que me calar e que não posso dar a minha opinião quando vou para uma comissão, porque você anda aqui de borla, peça honorários, agora não mande isso à cara de ninguém, porque eu também não ando a receber, e vou às comissões todas, e até hoje ainda não faltei a uma reunião de comissão, e que por acaso é curioso, que normalmente em todas a maioria é do PSD, porque já estive em comissões em que de sete estávamos três, portanto quanto a isso, eu não recebo lições de ninguém, quanto à credibilidade e ao interesse, e ao amor pelo povo, e estar aqui porque gosto de fazer as coisas. Não sou mais do que ninguém, mas também não admito que pensem que sou menos que os outros. Posso não saber tanto, posso não ter tirado um curso superior, posso não ter o dom da palavra, posso pensar que estava bem escrito e afinal estava mal escrito, aceito isso tudo, não aceito é lições de moral, e não aceito que me tentem calar, porque eu não me calo. Eu já ando nisto há muitos anos, e nem sequer a política daquele senhor que você referiu me calou. Mas também não me calou aquele que fugiu para Bruxelas, também não me calou aquele que fugiu para Faro, e eu mantenho-me aqui, e você também se mantém, portanto, se calhar devemos ter mais calma, e mais ponderação naquilo que dizemos, quando atacamos pessoalmente as pessoas, quando atacamos as ideias, podemos dizer tudo, agora, aquilo não foi um ataque de ideias, foi dizer que eu andava a tentar boicotar o trabalho de uma comissão, e isso eu não aceito. Não aceito porque não é verdade, porque se fosse verdade tinha de engolir. O que eu fiz foi, perante a convocatória, para ir substituir outra pessoa na comissão, foi o que tenho feito sempre, disponibilizei-me e apareci à hora marcada, discuti os assuntos, levantei as minhas questões. Desculpem lá, mas não me peçam para me violentar, que eu nunca violencei ninguém e muito menos a mim. A minha posição é esta, se vocês querem apresentar essas propostas, apresentem, estudaram isso, mas eu não aprovo. É o que eu peço é que me dêem liberdade, ao sair desta comissão, para chegar à Assembleia, e dar a minha posição individual. É usar a liberdade da palavra, que acho que ainda existe, dar a minha opinião, tentar enriquecer o debate, mas parece que não, continuo a achar que muita gente prefere que se chegue aqui e sejamos umas marionetas, levanta e baixa o braço, e vamos todos para casa. A minha vida também não é esta, mas eu quando me comprometo não falto, estou sempre presente, ainda não faltei a uma Assembleia, já cheguei a fazer parte de dez comissões, quando estava nesta Assembleia em representação da CDU, sozinho, como hoje acontece com a nossa amiga Rosário Charrua. Eu começava em comissões às seis horas e acabava à meia-noite, porque eu acho que, ao sermos eleitos, temos de pelo menos disfarçar, e não desaparecer, e pelo menos dizer alguma coisa. Agora, quem acha que não vem para aqui para perder tempo, quem acha que não merece que lhe roubem o tempo, pensa de maneira diferente da minha. Nunca ninguém me ouviu, nestes anos todos que levo de



política, atacar seja quem for pessoalmente, já ataquei muita gente por aquilo que defendem, quando é diferente daquilo que eu defendo, mas se as comissões são feitas para formatar as pessoas, desculpem lá, eu fui um dos que achei que devia haver comissões, mas não foi para isto, foi para discutirmos, conseguirmos melhorar os trabalhos, e irmos até onde podemos ir, agora dizer que é obrigatório sair dali, como toda a gente, como os meninos do coro, e toda a gente a cantar Grândola Vila Morena, que está agora na moda. Por acaso tenho pena que não tenha aparecido aqui alguém, hoje a cantar isso. Para terminar, não me peçam para não debater, porque tenho de debater sempre, tenho de apresentar as minhas ideias, eu sou assim, não vou mudar, e não é por insinuações destas, ou que eu me sinta com pena de quem vem para aqui trabalhar e dar a sua disponibilidade, que eu vou mudar, eu vou continuar a actuar assim. Para terminar, o que eu fiz nesta comissão, foi alertar para uma série de situações, se não querem pessoas destas nas comissões, se não querem pessoas que levantem problemas, não me convoquem para as comissões. Tenho dito."-----

Carlos Gabriel: "O que eu disse não foi que se devia calar nas comissões, as comissões são precisamente o contrário, é para falar à vontade, nas comissões é para nós falarmos e discutirmos os assuntos todos. O que surgiu da comissão é um resultado do nosso trabalho, e nós estarmos aqui a perder tempo, com situações que são para serem resolvidas na comissão. Porque as comissões são exactamente nesse sentido, para debater determinado assunto, pelos representantes dos partidos. Vir para aqui debater os mesmos assuntos que já foram debatidos na comissão, peço desculpa mas é perder tempo."-----

Carlos Lima: "Só para terminar, dizer que as comissões são para discutir, que estão lá todos representados. Todos quem? Os partidos. Eu fui eleito com voto individual das pessoas, e eu sinto-me responsável perante as pessoas, não é pelo PS, PSD, ou seja quem for, eu sou responsável, e respondo, ou tento responder, e tento ir ao encontro dos anseios das pessoas que votaram em nós. Portanto, desculpem, mas reforço mais uma vez, não me venham pedir que seja formatado, que eu não sou. Fui eleito pelo Partido Socialista, com muito gosto, as minhas posições não violentam os princípios da casa que me acolheu, portanto eu defendo os meus princípios e hei-de continuar a defender individualmente, porque se cada um de nós pensasse pelas suas cabeças, o mundo não era o que é."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação, em alternativa, da proposta de alteração ao regulamento, por parte da comissão de análise, a que foi anexada mais uma alteração, em Assembleia -----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

Votos contra: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vitor Clemente,





Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Sara Serra, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Luis Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água -----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, COM A ALTERAÇÃO DA COMISSÃO:** -----

Votos contra: um (01) Carlos Lima -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Nuno Lisboa, Vitor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vitor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Alberto Saraiva, Rosário Charrua, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne -----

Não Votos: dois (02) Francisco Oliveira, Sara Serra -----

Ausências: duas (02) Luis Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água -----

É aprovada por maioria dos presentes, a proposta da Câmara Municipal com a alteração da comissão.-----

Carlos Lima apresenta e lê declaração de voto (doc. 2)



Declaração de voto

Voto contra este regulamento, por entender que a responsabilidade, tanto da Câmara como desta Assembleia, para com os munícipes de Albufeira, nesta matéria, não é devidamente assumida e salvaguardada.

Porque compete ao poder local, definir, caso a caso, se possível, o que é de interesse para os residentes e visitantes de Albufeira.

Neste caso concreto, tínhamos que ir mais longe, na regulamentação da ocupação do espaço público.

A lei geral é importante como baliza de procedimentos, mas não pode, e penso não ser essa a ideia do legislador, coartar a livre, estudada e ponderada regulamentação por aqueles que têm esse dever, que somos nós.

Propus, em sede própria, que o regulamento prevísse a ocupação do espaço público, zona a zona, e até, em certos casos, rua a rua.

Temos praças, temos jardins, temos ruas com e sem trânsito, temos passeios pequenos e nalguns casos até zonas sem passeios.

Considero que perdemos uma oportunidade de fazer um levantamento exaustivo das situações, e quiçá, encontrar a melhor solução, ou pelo menos as soluções possíveis, para que, com respeito pela mobilidade das pessoas, contribuíssemos para o ordenamento, e fruição, da ocupação da via pública, tão necessária, neste momento, aos operadores do turismo.

Albufeira, 25 de fevereiro de 2013

O deputado municipal

  
Carlos Lima





Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

-----  
Albufeira, 25 de Fevereiro de 2013 -----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

-----  
A PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

-----  
A SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_